

Solar 2 Energia SPE S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Solar 2 Energia SPE S.A. (“Companhia”), em fase pré-operacional, constituída em 25 de setembro de 2020, é uma sociedade anônima de capital fechado sediada na Faz Casa de Pedra, s/n, Zona Rural, município de Jaicós, estado de Piauí.

A Companhia tem por objeto social o aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e indústrias não especificados anteriormente; instalação de máquinas e equipamentos industriais; geração de energia elétrica; comércio atacadista de energia elétrica; obras de montagem industrial; e aluguéis de imóveis próprios.

A Companhia concluiu a fase de construção e implantação da usina e entrou em operação no mês de abril de 2024.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de apresentação

2.1.1. Declaração de conformidade

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pela Lei no 11.638/07 e pela Lei no 11.941/09.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 7 de abril de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Solar 2 Energia SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

(a) Julgamentos

A Administração da Companhia não identificou situações que tenham gerado julgamentos críticos sobre as políticas contábeis adotadas no exercício corrente que apresentem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(b) Estimativas e premissas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. A Administração da Companhia não identificou incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício.

2.1.5. Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras

2.2.1. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades. Deve ser apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

2.2.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

(a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais.

Solar 2 Energia SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tais no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. O principal ativo financeiro classificado nesta categoria é “Aplicações financeiras” (Nota 3).

Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os principais ativos financeiros que a Companhia possui e mantém classificados nesta categoria são:

- Valores a receber de partes relacionadas.

b. Passivos financeiros

Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros que a Companhia possui e mantém classificados nesta categoria são:

- Fornecedores;
- Obrigações Tributárias.

2.2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Solar 2 Energia SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2.4. Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada considerando a melhor estimativa da entidade quanto à duração econômica do ativo, refletindo sua obsolescência e desgaste ao longo do tempo.

2.2.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.2.6. Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base no resultado contábil, ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável mensal excedente a R\$ 20.000 e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

O lucro tributável geralmente difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

2.2.7. Lucro (prejuízo) líquido por ação

Está calculado com base no número de ações existentes na data do levantamento das demonstrações financeiras.

2.2.8. Novas normas e interpretações

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e pelo CPC. As seguintes alterações dos pronunciamentos contábeis tornam-se obrigatórias para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024:

- Alteração da norma IAS 1 (CPC 26 - R1) - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;

Solar 2 Energia SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alteração da norma IFRS 16 (CPC 06 - R2) - Passivos de arrendamento em uma venda e arrendamento mercantil de retorno;
- Alteração da norma IAS 1 (CPC 26 - R1) - Passivo não circulante com cláusulas restritivas (*covenants*); e
- Alteração das normas IAS 7 (CPC 03 - R2) e IFRS 7 (CPC 40 - R1) - Acordos de financiamentos de fornecedores.

As emissões/alterações de normas efetuadas pelo IASB e pelo CPC que são efetivas para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Empresa.

Ademais, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após, e a Empresa ainda está avaliando os possíveis impactos, se houver, em suas demonstrações financeiras da adoção destas normas:

Alterações nas Normas Contábeis IFRS	Data de aplicação obrigatória
Alteração da norma IAS 21 (CPC 02) - Falta de conversibilidade. Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. Aplicação antecipada permitida.
Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 (CPC 48) - Alteração na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida.
Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS. Efetua alterações nas normas IFRS 1 (CPC 37 - R1), abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7 (CPC 48), abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9 (CPC 48), abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10 (CPC 36 - R3), abordando a determinação do "de facto agent" e IAS 7 (CPC 03 - R2), abordando aspectos relacionados ao método de custo.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida.
Emissão da norma IFRS 18 (CPC 26 - R1) - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, além das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs).	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada permitida.
Emissão da norma IFRS 19 (CPC 45) - Controladas sem obrigação legal de divulgação. Estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as demonstrações financeiras consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada permitida.

Solar 2 Energia SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixas e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa	10	10
Banco conta movimento	1	157.432
Aplicações financeiras (a)	2.188.939	643
	2.188.950	158.085

- (a) As aplicações financeiras registradas no ativo circulante como caixa e equivalentes a caixa estão representadas por recursos aplicados em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), cuja rentabilidade tende a se igualar à taxa DI. Essas operações são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data do balanço. Estes investimentos podem ser resgatados a qualquer momento pela Companhia, por um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança no seu valor.

Não há saldo de caixa e equivalente de caixa da Companhia dados em garantias de dívidas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

4. Contas a receber

	2024	2023
Prospera Soluções E Tecnologia S. A	320.393	-
	320.393	-

Os valores de contas a receber são referentes aos aluguéis das unidades geradoras de energias.

5. Tributos a recuperar

	2024	2023
COFINS não cumulativo a recuperar	1.543.716	678.245
PIS não cumulativo a recuperar	336.654	147.971
IR DIFERIDO s/ aplicação financeira	2.770	54.655
IRPJ Negativo 2023	-	4.035
INSS retido pago indevidamente	18	-
IRPJ Negativo 2024	65.433	-
	1.948.591	884.906

6. Despesas antecipadas

	2024	2023
Fiança Bancária a apropriar (a)	695.929	-
Seguros a Apropriar (b)	58.939	-
	754.868	-

- (a) As despesas antecipadas referentes a fiança bancária são valores pagos antecipadamente pela obtenção de garantias bancárias para cumprimento de obrigações contratuais.
- (b) As despesas antecipadas referentes ao seguro são custos pagos antecipadamente por uma apólice de seguro que beneficia a entidade por um período futuro.

Essas despesas são registradas como ativos e, ao longo do tempo, são gradualmente reconhecidas como despesas no resultado do período conforme o seguro é consumido.

Solar 2 Energia SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
Taxa de depreciação (a.a.)	10%	-	
Saldo líquido em 01 de janeiro de 2023	6.138.729	518.629	6.657.358
(+) Adições	2.133.633	-	2.133.633
(-) Baixas	(192.309)	(154.739)	(347.048)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	8.080.053	363.890	8.443.943
(+) Adições	7.550.831	3.867.125	11.417.956
(-) Baixas	(1.053.675)	-	(1.053.675)
(-) Depreciação	(886.062)	-	(886.062)
Transferências (a)	3.865.632	(4.159.723)	(294.091)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	17.556.779	71.292	17.628.071

(a) Valores transferidos no exercício para regularização da conta de fornecedores.

7.1 Análise de recuperabilidade do imobilizado (impairment)

Não foram identificadas evidências internas e/ou externas que suscitassem indicativos de impairment, estabelecidos pelo CPC 01 (R1), motivo pelo qual a Companhia não testou o valor recuperável do saldo líquido do ativo imobilizado.

8. Direitos de uso de bens

	Ativos de direito de uso (arrendamento)
Taxa de depreciação (a.a.)	3,22%
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	371.951
(-) Amortização	(16.406)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	355.545

8.1 Arrendamentos

A Companhia possui o direito de uso do imóvel onde está instalada a Usina Solar pelo prazo de 31 anos. Trata-se da Fazenda Casa de Pedra, onde a Companhia pretende executar suas atividades após o início de suas operações. Considerando que o ativo objeto do arrendamento é facilmente identificável, que a Companhia obtém os benefícios econômicos e gerencia o seu uso, foi aplicado o CPC 06 (R2) – Arrendamentos e reconhecido o ativo de direito de uso e o correspondente passivo de arrendamento.

O ativo denominado 'Direito de Uso' é o correspondente àquele que representa o direito do arrendatário de usar o ativo arrendado ao longo do prazo do arrendamento. Já o passivo gerado em contrapartida representa a obrigação do arrendatário de pagar as prestações ao arrendador durante o prazo do arrendamento, conforme seu grau de exigibilidade.

A taxa utilizada para determinação do valor presente do ativo de direito de uso, foi o IGPM, conforme contrato de arrendamento.

Solar 2 Energia SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatário são apresentadas abaixo:

8.2 Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas são apresentados como ativos de direitos de uso, conforme segue:

Ativo arrendado	Início	Vencimento
Fazenda Casa de Pedra	Dez-2022	Dez-2053

A movimentação dos ativos de direito de uso para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	2024	2023
Saldo inicial	371.951	384.350
(-) Amortização	(16.406)	(12.399)
Saldo final	355.545	371.951

8.3 Passivos de arrendamento

A movimentação dos arrendamentos a pagar para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	2024	2023
Saldo inicial	339.820	381.350
Juros incorridos	7.537	2.890
Pagamentos	(49.628)	(44.420)
Saldo final	297.729	339.820
Circulante	39.194	41.305
Não circulante	258.535	298.515

Após a adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia apresentou passivos de arrendamento separadamente de outros passivos no balanço patrimonial. Alternativamente, uma entidade (arrendatário) pode optar por apresentar passivos de arrendamento dentro de 'Empréstimos e financiamentos'.

O cronograma de amortização dos pagamentos em 31 de dezembro de 2024 apresenta a seguinte composição:

	Pagamentos futuros mínimos de arrendamento	Juros	Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento
Menos de um ano	50.393	(11.199)	39.194
Entre um e cinco anos	161.962	(98.457)	63.505
Mais de cinco anos	809.597	(614.567)	195.030
	1.021.952	(724.223)	297.729

Solar 2 Energia SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fornecedores

	2024	2023
Ct Distribuição E Logística Ltda	170.897	-
Especialistas Em Energias Renovaveis	-	1.643
Convert Do Brasil Energia Renovavel Ltda	4.626	95.062
N & A Consultores E Associados Ltda	39.906	-
Aureliano Jose Cavalcante Santos Filho	1.620	-
Emc Servicos Empresariais Ltda	-	355
G3 Soluções Em Engenharia Eireli Me	1.924	-
Mds Serv. De Engenharia Ltda	1.528	1.950
R De C De Oliveira Ordonho	1.273	1.402
Antoine Moreira De Souza Leao Filho	-	1.945
Helios Projetos E Consultoria De Engenharia	-	30.180
Marcia Fernanda De A S Borges	-	48.305
Lorencini Brasil - Comercio, Importação Serviços Ltda	3.683	-
Marco Alexandre Nunes Pereira	49.170	-
Fernando Máquinas E Terraplenagem Ltda	18.200	-
Matheus Frederico Assis Oliveira	338	-
Rafaella De Barros Ribeiro Nogueira	516	-
	293.681	180.842

A conta de fornecedores compreende as obrigações com fornecedores diversos, provisionados pela transferência da propriedade das aquisições de mercadorias, serviços e outros. Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e não são avaliados subsequentemente ao custo amortizado por não haver incidência de juros sobre eles.

10. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Vencimento	2024	2023
Financiamento BNB CT 304.2023.200. 1509	Real	Jun-2036	21.712.197	-
			21.712.197	-
Circulante			694.550	-
Não circulante			21.017.647	-

*BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Os empréstimos e financiamentos estão atrelados a taxas pré-fixadas e pós-fixadas, sendo a fixa de 3,98% a.a., sendo aplicável um desconto de 15% quando a parcela da dívida for paga até o prazo de vencimento, e a variável sendo o FAM (fator de atualização monetária) que deriva da variação do IPCA, e referem-se, basicamente, a créditos destinados à implantação da usina de geração fotovoltaica, para o qual foi dado em garantia:

- Fiança bancária no valor de R\$ 21.976.758 conforme contrato n° FI432/23-C01, junto ao banco BTG Pactual S.A.
- Cessão fiduciária de conta reserva em aplicação financeira com saldo equivalente a 5% do saldo devedor (Nota 6); e
- Propriedade fiduciária dos equipamentos da Companhia.

Solar 2 Energia SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.1 Cronograma de amortização da dívida

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2024 apresentam a seguinte composição:

Vencimento	2024
2026	723.902
2027	745.871
2028	770.905
2028 a 2036	18.776.969
	21.017.647

10.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está assim representada:

	2024
Saldo inicial	-
(+) Adições	21.976.758
(+) Juros incorridos	786.925
(-) Pagamento de principal e juros	(1.051.486)
Saldo final	21.712.197

10.3 Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

As principais cláusulas contratuais restritivas dos empréstimos e financiamentos são:

- Necessidade de contratação de seguros das instalações industriais;
- Anuência da instituição financeira credora para mudança de controle acionário; e
- Manutenção de fundo de liquidez em conta reserva em instituição financeira, no montante mínimo equivalente a 5% do saldo devedor, durante todo o prazo do financiamento.

A penalidade para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Até 31 de dezembro de 2024, não houve manifestação por parte dos credores, ou quaisquer outras partes interessadas relacionada ao não cumprimento dessas cláusulas restritivas.

11. Mútuos a pagar

	2024	2023
Passivo Circulante		
Solar 6 Energia Solar	-	1.000.000
	-	1.000.000

Corresponde às transações financeiras de mútuos entre partes relacionadas, liquidada durante o exercício corrente.

Solar 2 Energia SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos empréstimos de mútuos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está assim representada:

	2024
Saldo inicial	1.000.000
(+) Juros incorridos	256.902
(-) Pagamento de principal e juros	(1.256.902)
Saldo final	-

12. Patrimônio Líquido

12.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito está representado por 4.121.186 (quatro milhões, cento e vinte e um mil e cento e oitenta e seis) ações, sem valor nominal, totalmente integralizado pelos acionistas no montante de R\$ 4.121.186, em moeda corrente nacional, assim distribuídas:

Acionista	Quantidade de ações	R\$ mil	Participação
Fundo de Investimento Solar I	4.121.186	4.121.186	100,00%
	4.121.186	4.121.186	100,00%

No dia 12 de agosto de 2024, foi aprovada uma transferência de 1 ação no valor de R\$ 1 da Solar I Energia SPE S.A. para o Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Solar I.

Foi aprovado no ano de 2024 1 (um) aporte de capital, advindos do Fundo de Investimento Solar I sendo:

- R\$ 1.700.000 em 3 de janeiro de 2024.

Foi aprovado no ano de 2024 2 (duas) reduções de capital, advindas do Fundo de Investimento Solar I sendo:

- R\$ 6.000.000 em 10 de dezembro de 2024 via ressarcimento aos sócios.
- R\$ 1.088.880 em 10 de dezembro de 2024 via absorção de prejuízos acumulados.

Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

12.2 Distribuição de lucros

Ao acionista é garantido um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações, conforme o estatuto social da Companhia.

Solar 2 Energia SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receita operacional líquida

	2024	2023
Receita bruta		
Serviços prestados	690.409	-
(-) Deduções da receita		
COFINS sobre receita bruta	(52.471)	-
PIS sobre receita bruta	(11.392)	-
	(63.863)	-
	626.546	-

14. Custo dos serviços prestados

	2024	2023
Locação de Bens	425.207	-
Vigilância Patrimonial	101.200	-
Depreciações e amortizações	894.265	-
Operações e manutenções	57.317	-
Seguros	29.469	-
Outros	13.971	-
	(1.521.429)	-

15. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Pró-Labore	(33.888)	(31.536)
Energia Elétrica	(142.019)	-
Telefone e Internet	(2.700)	-
Água e Esgoto	(230)	-
Material de Expediente	(268)	-
Correios	(1.357)	(15)
Serviços Prestados PJ	(750)	(1.712)
Serviços Prestados PF	(4.100)	-
Contabilidade	(16.815)	(11.645)
Advocacia	(60.435)	(17.848)
Auditoria	(9.056)	(7.130)
Despesas Com Cartório	(14.719)	(14.126)
Viagens e Hospedagens	(9.019)	(10.379)
Taxas de Conselho de Classe	-	(448)
Depreciação e Amortização (Arrendamento)	(8.203)	(12.399)
Fretes e Carretos	(22.480)	(47.290)
Softwares	-	(32.000)
Ambiental, Fundiária E Conexão	(30.144)	(33.704)
Geral e Administrativa	(21.502)	(5.850)
Certificação de Produção de Energia	(15.000)	(5.000)
Captação de Recursos	(75.144)	(40.000)
Implantação	(1.032.617)	(140.792)
(-) Pis Créditos S/ Consultoria	14.195	1.065
(-) COFINS Créditos S/ Consultoria	65.385	4.905
Inss	(7.598)	(6.307)
	(1.428.464)	(412.211)

Solar 2 Energia SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Despesas tributárias

	2024	2023
Impostos e taxas estaduais	(69.760)	(345.829)
Impostos e taxas municipais	(38.829)	(60.644)
Multas de mora	(2.362)	-
	(110.951)	(406.473)

17. Receitas e despesas financeiras

	2024	2023
Rendimentos de aplicação financeira	351.286	10.049
Juros ativos	8.077	859
Descontos obtidos	3	-
PIS s/ receitas financeiras	(2.336)	(71)
COFINS s/ receitas financeiras	(14.374)	(436)
Total de receitas financeiras	342.656	10.401
Juros passivos	(21.187)	-
Despesas bancárias	(3.776)	(221.613)
Iof	(17.742)	(150)
Juros s/ arrendamentos	(7.538)	(2.890)
Juros s/ mútuos	(256.902)	(9.550)
Comissão de fiança bancária	(677.284)	-
Juros s/ empréstimos	(786.926)	-
Total de despesas financeiras	(1.771.355)	(234.203)
Resultado financeiro	(1.428.699)	(223.802)

18. Processos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para perdas com processos judiciais. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiam processos judiciais contra a Companhia de perspectiva de perda provável que requeiram constituição de provisões, bem como possíveis divulgações requeridas.

De acordo com a legislação vigente, as declarações de Imposto de Renda entregues nos últimos cinco anos estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2024, não há processos significativos conhecidos contra a Companhia. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento, muito embora, não se espera que existam passivos adicionais ou informações relevantes que não estejam divulgadas nessas demonstrações financeiras.

Solar 2 Energia SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ademais, no dia 8 de fevereiro de 2023 o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, nos Recursos Extraordinários 955.227 (Tema 885) e 949.297 (Tema 881) sobre a possibilidade de se desconstituir (desfazer) a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo (continuado) em matéria tributária. Após a devida análise pelos assessores jurídicos da Companhia de seus processos tributários em polo ativo e passivo em que ela é ou foi parte, não foi alcançado qualquer caso que possa ser impactado pela citada decisão sobre as suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis, e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, algum julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

19.1. Classificação dos instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos a curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço pelo seu valor justo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado, conforme segue:

	Classificação	2024	2023
Ativos financeiros			
Caixa e bancos	Custo amortizado	11	157.442
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	2.188.939	643
		2.188.950	158.085
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	293.681	180.842
Mútuos a pagar	Custo amortizado	-	1.000.000
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	39.194	41.305
Obrigações Tributárias	Custo amortizado	56.384	16.974
		389.259	1.239.121

Valor contábil versus valor justo

Para todas as operações, a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. As operações de empréstimos e financiamentos referem-se basicamente a captações que preponderantemente estão indexadas a taxas pré-fixadas, assim, na hipótese da aplicação da metodologia de apuração de valor justo, o valor apurado não refletiria o valor de repasse daquela operação naquela data, uma vez que a taxa de desconto seria muito superior à taxa de correção. Desta forma, a administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de uma eventual liquidação naquela data.

Solar 2 Energia SPE S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(i) Risco de crédito

O 'Caixa e equivalentes de caixa' e 'Aplicações financeiras' da Companhia são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem grau elevado de *rating*.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, ao máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém linhas de crédito disponíveis e reservas financeiras aplicadas em instituições financeiras de alto rating para suprir com suas obrigações.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de materiais, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado.

Não há risco relevante de variações nas taxas de juros advindo de seus passivos financeiros, já que atualmente a Companhia não possui nenhuma operação deste tipo.

Lorena Times Rossi Ulisses
Diretora

* * * PAULO RICARDO
NASCIMENTO
MOURA:10390874426
Assinado de forma digital por
PAULO RICARDO NASCIMENTO
MOURA:10390874426
Dados: 2025.04.23 13:42:33
-03'00'
Paulo Ricardo Nascimento Moura
Contador CRC-PE 028860/O-6

2024 SOLAR 2 NEs.pdf

Documento número #140bea41-1abf-48f3-b491-4df4a22b4ad4

Hash do documento original (SHA256): 35174d9552f5deb935b2607ebfdd2aba23414b6f62d6a1c3c0e2b22783578185

Assinaturas

Lorena Times Rossi Ulisses

CPF: 013.473.274-01

Assinou como parte em 23 abr 2025 às 17:38:40

Log

- 23 abr 2025, 17:28:01 Operador com email monica.rodrigues@casaforteinvest.com.br na Conta 8632cc74-5f7e-4ed8-bfe6-d8c0f7889316 criou este documento número 140bea41-1abf-48f3-b491-4df4a22b4ad4. Data limite para assinatura do documento: 24 de maio de 2025 (19:40). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 23 abr 2025, 17:33:18 Operador com email monica.rodrigues@casaforteinvest.com.br na Conta 8632cc74-5f7e-4ed8-bfe6-d8c0f7889316 adicionou à Lista de Assinatura: lorena.rossi@casaforteinvest.com.br para assinar como parte, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Lorena Times Rossi Ulisses e CPF 013.473.274-01.
- 23 abr 2025, 17:38:40 Lorena Times Rossi Ulisses assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail lorena.rossi@casaforteinvest.com.br. CPF informado: 013.473.274-01. IP: 187.1.168.150. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -8.1101414 e longitude -34.8996457. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.1186.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 23 abr 2025, 17:38:44 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 140bea41-1abf-48f3-b491-4df4a22b4ad4.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 140bea41-1abf-48f3-b491-4df4a22b4ad4, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.